

# SEGURANÇA INTERNACIONAL E CUIDADO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS MISSÕES DE PAZ SOB UMA PERSPECTIVA DA ÉTICA FEMINISTA DO CUIDADO

## INTERNATIONAL SECURITY AND CARE: A REFLECTION ON PEACE MISSIONS FROM A PERSPECTIVE OF FEMINIST ETHIC OF CARE

**Claudia Santos<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universidade Federal do Paraná

Curitiba – Paraná - Brasil

**Resumo:** Instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as missões de paz foram criadas no período Pós-Segunda Guerra Mundial como uma técnica de gerenciamento de conflitos que se modificou ao longo do tempo, de modo a atender as novas demandas do cenário internacional que se caracterizavam pelo aumento dos conflitos regionais e civis, aspecto intensificado no Pós-Guerra Fria. As missões de paz que envolviam somente tarefas militares passaram, desta forma, a desenvolver mecanismos de atuações mais complexos e multidimensionais, sendo que o aumento da participação de mulheres nas missões de paz nas últimas décadas ampliou a discussão sobre igualdade de gênero nos estudos de segurança internacional, por meio de abordagens feministas das Relações Internacionais. Entretanto, quando investigamos a presença de uma ética feminista do cuidado na literatura sobre missões de paz, percebe-se que esta abordagem teve pouca ou nenhuma influência, mesmo apresentando uma visão crítica da ética militar e uma análise de múltiplas dimensões. Deste modo, por meio de uma perspectiva de análise qualitativa investigativa e revisão de literatura, este artigo objetiva refletir sobre as possíveis contribuições da ética feminista do cuidado para o estudo das missões de paz e de que sua inserção tenha ocorrido, senão pelas mulheres, a partir de uma correlação direta destas com valores que figuram caros à construção da paz, principalmente, com relação à civis.

**Palavras-chave:** Ética feminista do cuidado. Ética militar. Mulheres. Missões de paz. ONU.

**Abstract:** Instituted by the United Nations (UN), peacekeeping missions were created in the post-World War II period as a conflict management technique that has changed over time to meet the changing demands of the international landscape (such as the rise of regional and civil conflicts, an aspect intensified in the Post-Cold War). Peace missions involving only military tasks have thus developed to more complex and multidimensional mechanisms of action, and the increased participation of women in peace missions in recent decades has broadened the discussion on gender equality in international security studies through feminist approaches of international relations. However, when we investigate the presence of a feminist ethic of care in the literature on peacekeeping missions, it is clear that this approach has had little or no influence, even though it presents a critical view of military ethics and a multi-dimensional analysis. Through a perspective of qualitative investigative analysis and literature review, this article aims to reflect on the possible contributions of feminist ethics of care to the study of peace missions and how their insertion occurred, if not by women, from a direct correlation of these with values that are dear to peacebuilding, especially, in relation to civilians.

**Key-words:** Feminist ethics of care. Military ethics. Women. Peace missions. UN.

**Recebido:** 31/08/2019

---

<sup>1</sup> madamebutterfly.c@gmail.com

**Aprovado:** 16/11/2019

## **Introdução**

As questões de segurança e paz se caracterizam como uma importante temática dentro das relações internacionais, também conhecida como *high politics*, isto é, como uma questão sistêmica dos Estados em contraposição aos assuntos domésticos. Desde modo, desde a sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) busca “Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz” (ONU, 1945, p. 5). Sendo assim, tradicionalmente estes dois conceitos sempre foram aplicados de maneira macro pelos Estados, levando pouco em consideração as suas implicações em campo e seus impactos na vida dos indivíduos, dentro e fora da esfera militar.

Frente às mudanças geradas no cenário internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial, e acentuadas no Pós-Guerra Fria, no qual há o declínio dos conflitos tradicionais entre Estados e o aumento de conflitos regionais e civis, como lutas étnicas ou problemas de governabilidade, como golpes de Estado, surge então, a preocupação da ONU em não só compreender a paz como a ausência de conflito, mas como uma construção que possibilita desenvolvimento socioeconômico e que se compromete com o bem-estar dos indivíduos. É neste contexto que são criadas as missões de paz, que, ao longo do tempo, foram-se modificando e adaptando seus mecanismos para melhor atender a estas novas demandas.

Como expresso por Costa et al. (2009), o feminismo nas questões de segurança tem seu início nos anos 1980, período em que emergem novas concepções sobre segurança internacional por conta dos conflitos menos constantes e o surgimento de novas ameaças. Dentro do aspecto da segurança, a teoria feminista busca estruturar “seus trabalhos sobre a problemática da segurança a partir da crítica ao estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais” (COSTA et al., 2009, p. 222). Deste modo, a importância deste artigo justifica-se pelo esforço teórico em refletir sobre o potencial analítico que a ética do cuidado como teoria feminista apresenta para os estudos sobre mulheres e missões de paz. Visto que a dimensão do cuidado de maneira histórica e contextual tem estado ligada às mulheres, e que como descrito por Joan Tronto (2008), sua importância não é questionada no âmbito particular e doméstico, mas sim, quando anseia alcançar o âmbito político e social. Ao pensarmos o cuidado, é comum correlacioná-lo com o cuidado de pessoas mais próximas ou até mesmo como uma profissão, também denominado por Paperman e

Molinier (2015) como “capitalismo emocional” ou terceirização dos cuidados, visto que “o capitalismo não produz somente bens e serviços, mas também emoções e formas de relações em que a afetividade se imbrica com o mercantil” (MOLINIER & PAPERMAN, 2015, p. 53). Porém é menos óbvio pensar o cuidado em um nível mais amplo de abrangência, como o cuidado do mundo e de todos os seres humanos, incluindo os que se encontram distantes de nós.

Como descrito por diversas teóricas feministas que estudaram as tensões conceituais relativas à divisão sexual do trabalho, os essencialismos de gênero (feminino/masculino), bem como a dicotomia entre público e privado, que se baseiam nas diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, produziram uma feminilização do trabalho reprodutivo e do cuidado, mesmo tendo em vista que uma divisão do trabalho como “natural” não existe “e que que tais divisões são antes fruto das práticas que as tornam naturais” (SCOTT, 1991, p. 464). Sendo assim, este pensamento embasou a concepção de que as mulheres não eram fisicamente capazes de desempenhar o “trabalho de um homem” e que suas estruturas físicas determinavam o seu destino social como mãe e donas de casa.

Como consequência destas determinações sociais desiguais, o trabalho do cuidado, que “tem suas raízes na esfera privada, na família” (SOARES, 2012, p. 46), permaneceu invisibilizado e desvalorizado em relação à esfera pública. Todavia, a ética do cuidado parece, mesmo que indiretamente, estar presente nas missões de paz, visto que ela pressupõe a responsabilidade de proteger, contrapondo a premissa tradicional militar, pela busca do não uso da força e pelo olhar para o conflito potencial a partir da perspectiva de todos aqueles que estão envolvidos. Para além disso, esta inserção de uma perspectiva da ética do cuidado no âmbito militar parece ter ocorrido, senão pelas mulheres, a partir da correlação direta destas com valores que figuram caros à construção da paz, principalmente, com relação a civis.

Ao colocarmos neste artigo a ética militar sob a perspectiva da ética feminista do cuidado, a análise permeia uma abordagem que se caracteriza por uma contraposição à visão tradicional realista presente na ética militar, caracterizando-se como uma perspectiva que considera múltiplas dimensões de análise, para além do Estado, bem como a inclusão de todos os possíveis objetos de cuidado, elementos que parecem relevantes ao pensarmos a atuação das missões de paz, mas que possui pouca produção bibliográfica, especialmente no Brasil.

Para apresentar esta reflexão, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Foi realizada uma análise qualitativa investigativa e uma revisão de literatura, em que na primeira seção, é apresentado como a ética militar é pensada a partir da perspectiva da ética feminista do cuidado. Na segunda seção, o objetivo é identificar se existe

alguma correspondência entre os mecanismos de atuação das missões de paz com valores femininos atrelados às mulheres do ponto de vista da ONU e, a partir disso, apresentar na terceira seção uma reflexão ainda muito incipiente sobre como a inserção de uma ética feminista do cuidado possa ter ocorrido, senão pelas mulheres, a partir de uma correlação direta destas com valores que figuram caros à construção da paz, principalmente, com relação a civis. Para isso são utilizadas duas entrevistas de mulheres brasileiras que participaram de missões de paz, a Capitã de Corveta Marcia Andrade Braga e a Tenente-Coronel Andréa Firmo, e assim, por meio de categorias analíticas da ética feminista do cuidado é possível identificar como os estereótipos de gênero relacionam-se na prática com as missões de paz.

### **1. A ética feminista do cuidado e as missões de paz**

Como um marco fundador da discussão sobre a ética do cuidado, o livro de Carol Gilligan (1982) busca, como enunciado em seu título, discorrer sobre “uma voz diferente” daquela baseada na lógica e na lei para que assim se possa contemplar outro tipo de moral e interdependência, criticando as teorias do desenvolvimento humano e moral, que tinham sua base na cultura. Seu objetivo era demonstrar que a ética do cuidado existe e deve ser valorizada, ao passo que o problema não está na diferença, mas na desigualdade e no determinismo de gênero. Deste modo, é importante atentar-se ao que os discursos reproduzem, por exemplo, o fato de as mulheres não se ajustarem aos modelos existentes de desenvolvimento humano, apontam muito mais para um problema de representação do que uma realidade empírica. A partir deste ponto de vista, a autora tenta focar no problema da interpretação, mais do que apresentar uma generalização, levando em conta as diferentes experiências de homens e mulheres frente aos conflitos morais, contrapondo a visão universalista kantiana e da ótica masculina e mudando o pensamento feminista para uma abordagem chamada “feminismo da diferença”.

Outras duas autoras importantes para a discussão da ética do cuidado são Joan Tronto e Berenice Fisher (1990), que ampliaram o conceito de cuidado para além da relação de uma pessoa cuidando diretamente da outra, para uma dimensão mais reflexiva do cuidado como público e político. A noção de cuidado, desta forma, configura-se como “tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar o nosso mundo, para que possamos viver nele o melhor possível” (TRONTO & FISHER, 1990, p. 40, tradução da autora). Neste mundo, está incluído o nosso corpo, o meio ambiente e toda uma rede complexa de elementos que fazem parte da vida.

Como expresso por Tronto (1997, p. 189), em decorrência dos papéis tradicionais de gênero, o cuidado é uma atividade regida pelo gênero que implica que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de”, o pensamento é de que

[...] os homens se preocupam com dinheiro, carreira, ideias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias. As mulheres cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos; e o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar. O percurso prossegue assim: os homens se preocupam com coisas mais importantes enquanto as mulheres se preocupam com aquelas de menor importância (TRONTO, 1997, p. 186).

A partir disso, a autora denota que há uma interdependência quase sempre assimétrica nas relações de cuidado, no qual não é possível exercer relações democráticas de cuidado, pois há uma feminilização da atividade. Esta feminilização do cuidado tem como base a compreensão de que a feminilidade é a antítese da masculinidade e de que

A mulher é tão somente o que os homens não são, isto é, não são autônomas, independentes, mas pela razão, não agressivas embora nutridoras, não competitivas, mas dadas, não públicas, mas privadas. O mundo das mulheres é constituído por uma série de negações. Ela é simplesmente o que acontece não ser. Sua identidade vem a ser definida como uma carência – a carência de autonomia, a falta de independência, a falta do pênis (BENHABIB, 1995, p. 96).

Em outras palavras, como exposto por Ângelo Soares (2012, p. 51), há uma clara divisão sexual do trabalho emocional construída socialmente, que espera que os homens possuam atitudes agressivas, rudes, no qual não lhes é permitido chorar ou ser sensível, já para as mulheres são delegadas tarefas que demandam delicadeza, empatia e sensibilidade, constituindo essa construção uma gendrificação por oposição ou complemento que toma o sexo fixo como referência.

Desta forma, a compreensão de que as mulheres estão atreladas às atividades de cuidado de outras pessoas opõe-se ao que é compreendido como as preocupações dos homens, que seriam as questões públicas, sociais e políticas. Isto se deve ao fato que, como pontuado por Benhabib (1995), foi criada uma esfera de discurso misoginista que banuiu as mulheres da história relegando-as ao domínio da natureza, do doméstico e da reprodução, tornando-as um “outro generalizado”, destituído de identidade e individualidade dentro de uma perspectiva universalizante. Como expresso por Benhabib (1995, p. 91),

para a teoria feminista, o sistema gênero-sexo não é contingente, mas um modo essencial pelo qual a realidade social é organizada, simbolicamente dividida e vivenciada na prática [...] o sistema gênero-sexo é o grão através do qual o eu revela uma identidade incorporada, um modo de ser no próprio corpo e de vivenciar o corpo.

Outro ponto de vista trazido por Tronto (1997) seria a atividade de cuidar como estratégia. Segundo a autora, ao passo que cuidar é “estar atento a”, este comportamento poderia traduzir-se, em vez de um valor intrínseco em si mesmo, em um mecanismo de sobrevivência para mulheres ou para outros sujeitos que lidam com situações de opressão, constituindo assim, a “ética mais apropriada para os que estão numa posição social subordinada” (TRONTO, 1997, p. 200).

Nas relações internacionais, estas concepções dicotômicas de gênero permanecem na doutrina realista do Estado, ao situar como seu principal ator o “homem soberano” como símbolo de poder e reafirmar um entendimento “masculinista” de mundo, no qual, como descrito por Tadjbakhsh (1965), este homem faz as escolhas racionais e legitima a violência e as mulheres são excluídas e controladas diretamente através da violência física, ou indiretamente, pelas concepções e ideologias que endossam papéis diferentes. Assim sendo, a crítica da abordagem feminista nas Relações Internacionais ao conceito tradicional de paz questiona a inevitabilidade dos conflitos e a hierarquia das relações humanas como constituída por “valores masculinos de competitividade, organização e exclusão” (PUREZA, 2004, p. 5), que se encontram representados na figura do Estado e do Exército, como instituições que são condescendentes ao uso da força.

O posicionamento expresso pela ética feminista do cuidado em relação ao militarismo, como crítica, faz parecer que esta abordagem implica um completo pacifismo, quando na verdade ela implica uma “responsabilidade de proteger aqueles com quem nos importamos, o que às vezes só é possível usando força militar” (WINGROVE-HAUGLAND, 2016, p. 1, tradução da autora). Como exemplificado por Virginia Held (2010), a violência também pode acontecer em um contexto de cuidado, como quando “Alguém pode violentamente puxar uma criança para fora do caminho de um carro que se aproxima mesmo que isso desloque o ombro dela” (HELD, 2010, p. 121, tradução da autora). A questão aqui é quanto ao objetivo do uso da violência, que, neste caso, seria despender um cuidado, não aniquilar “inimigos”.

Partindo desse pressuposto Virginia Held (2008) considera que “a ética do cuidado pode fornecer a base para a valorização da não-violência sobre a violência em conflitos regionais e globais” (HELD, 2008, p. 2, tradução da autora), tornando a necessidade do uso da força a menor possível. Esta base para a valorização da não-violência pressupõe procedimentos básicos do cuidado, que até então eram do doméstico e que se expandem para o âmbito público internacional, como diálogo, escuta, construção de confiança, atenção às necessidades alheias e, no caso mais amplo, negociação, diplomacia e ações mais ativas do que reativas frente às situações de iminente conflito, a fim de minimizar a violência.

Segundo Wingrove-Haugland (2016), a ética do cuidado possui três premissas dentro do âmbito dos conflitos: a responsabilidade de proteger e proteção do princípio de não-intervenção, análise dos conflitos por meio de múltiplas perspectivas e reconhecimento moral das relações entre militares. É importante ressaltar que a ética feminista do cuidado recusa quaisquer justificativas morais como prerrogativas para a guerra e a violência, contrapondo-se à Teoria da Guerra Justa e apoiando o pacifismo, mesmo que não completamente. A Teoria da Guerra Justa, cujo autor referência é Michael Walzer na obra *Just and Unjust Wars*, de 1977, “pressupõe que a guerra pode ser analisada à luz da moralidade, que é possível determinar as condições em que uma guerra pode ser dita justa ou injusta, que se pode estabelecer os limites éticos da conduta na guerra” (COSTA, 2005, p. 1). É importante ressaltar que a visão de moralidade, presente nesta perspectiva, leva em consideração apenas a perspectiva de um Estado-nação em particular por vez, abdicando da perspectiva de outras nações que possam desempenhar um papel importante nesta avaliação (WINGROVE-HAUGLAND, 2016, p.11).

O intuito de uma análise que engaje múltiplas perspectivas nas missões de paz, como proposto por Joan Tronto (2008), é prevenir o equívoco de uma visão parcial que não abranja todos os possíveis objetos de cuidado em detrimento de outros e avaliar um potencial uso da força, se necessário. Em concordância com esta abordagem do cuidado está a “Teoria do ponto de vista” trazida por Molinier e Paperman (2015), segundo a qual acredita-se que a perspectiva do cuidado deve mudar de acordo com aquilo que é analisado (colonizado, colonizador, etc.), requer-se, desta forma, uma concepção plural e democrática do conhecimento que segmente as áreas (trabalho, família, cidadania), tudo deve estar conectado e possuir um caráter interdisciplinar.

Uma perspectiva, por exemplo, que leve em consideração apenas aqueles que estão sob ataque e o interesse nacional, não prevê limites morais sobre os seus inimigos, podendo incorrer, assim, em uma abordagem realista. Como expresso por Lawrence Hinman (2003)

O trabalho recente de Gilligan nos oferece uma nota de advertência: cuidado com as maneiras pelas quais a chamada moralidade pode ser usada para justificar a violência. Guerras são um exemplo óbvio: muitas vezes, inúmeras pessoas são mortas em nome da honra (HINMAN, 2003, p. 311, tradução da autora).

A cultura da honra, neste caso, pode relacionar-se tanto a aspectos como patriotismo e nacionalismo, nos quais deve-se honrar a sua origem étnica e proteger a sua territorialidade contra a ameaça do inimigo, quanto aos conceitos de masculinidade e feminilidade, nos quais a honra para as mulheres encontra-se diretamente relacionada aos seus corpos e sua conduta frente à uma sociedade patriarcal; cabe aos homens a proteção moral destes corpos.

Muitos dos argumentos morais que servem como base para a determinação de guerras justas e injustas referem-se aos princípios de abstração, imparcialidade e universalização que se originam no século XVIII e que estabelecem relação com a ética militar masculina ao afirmarem que a violência é justificável desde que atenda a determinados critérios deliberados. Sendo assim, a responsabilidade de proteger difere-se de um direito de intervir, ao exigir justificativas mais fortes para o uso da força militar, sendo seu objetivo intervir “em nome de populações indefesas quando o interesse nacional não está em jogo, como em Ruanda em 1994” (WINGROVE-HAUGLAND, 2016, p. 6, tradução da autora).

Para autoras do cuidado, como Tronto (1997) e Molinier e Paperman (2015), a ética do cuidado está intimamente ligada a uma ideia ou algum tipo de responsabilidade e compromisso, contínuos ou não. Segundo Molinier e Paperman (2015), Joan Tronto pensa na concepção de responsabilidade em termos relacionais, na qual, o central é a relação, é o fato de se relacionar como criador de responsabilidade, não os estatutos de direitos e deveres, já que para Tronto isso seria um obstáculo para uma ética global da responsabilidade. Em outras palavras,

A relação cria responsabilidade, ela compreende (no sentido de conter) a exigência de uma resposta, não em função de traços compartilhados ou propriedades formais de relações, mas de atividades comuns, passadas, presentes, que conectam os protagonistas (MOLINIER & PAPERMAN, 2015, p. 48).

Tronto (1997) exemplifica esta questão a partir de um nível mais amplo de análise, até mesmo global. Quando se fala sobre cuidar de um estranho distante de nós, a autora formula a seguinte pergunta: Quem deve se preocupar com estes? Trazendo o exemplo de crianças famintas na África, a autora explica que as questões de proximidade entre nós e os outros são moldadas por nossas próprias decisões sociais coletivas, sendo assim, se decidirmos limitar nossa compreensão da vida moral e nos isolar dos demais, designando cuidado para apenas alguns poucos considerados próximos, então nossa carga de cuidado diminui e nos sentimos desobrigados de responsabilidades mais amplas.

Sobre o reconhecimento moral das relações entre militares sob a ótica do cuidado, Erik Wingrove-Haugland (2016) acredita que esta é uma questão prática e moral importante, visto que em situações de perigo e tensão inevitavelmente se geram coesão e lealdade em algum grau, o que é até mesmo desejável, a partir da perspectiva militar, pois aumentam-se as chances de uma missão ser realizada eficazmente, ao passo que este cuidado também se faz necessário em tempos de paz, a fim de minimizar danos psicológicos a longo prazo.



Em “*Is Peacekeeping Care Work?*”, texto em que Tronto (2008) busca compreender a ética do cuidado nas missões de paz, a autora utiliza o último termo “para descrever de forma mais ampla a inserção de tropas que tentam impedir danos a cidadãos cujas vidas são ameaçadas pela guerra; assim, ampliando o significado para incluir formas de intervenção humanitária em situações de conflito” (TRONTO, 2008, p. 181). Deste modo, a ética feminista do cuidado teria como objetivo fazer com que os Estados realistas fossem mais cuidadosos quanto aos seus interesses nacionais no que diz respeito às intervenções de fazer, manter e/ou construir a paz, contribuindo para a formação de um tipo de sociedade civil cosmopolita ansiada por tantas teóricas feministas.

A fim de dar continuidade ao seu argumento, Tronto (2008) resgata as quatro fases do cuidado definidas por ela e Fisher anteriormente. Segundo Tronto e Fisher (1990), as quatro fases do cuidado seriam: o cuidado como “se importar, se preocupar”, cuidado como “tomar conta de”, prover cuidados e receber cuidados. A partir disso, a autora reintegra estas dimensões para definir o modo como uma coalizão estadual ou internacional deveria pensar quando considera uma intervenção ou a conduz. A primeira fase do cuidado nas missões de paz seria a preocupação coletiva com aqueles que são vítimas de abusos dos Direitos Humanos e o reconhecimento das necessidades do outro como o ponto de partida. O problema seria que “há muitos problemas com a possibilidade de necessidades incompreendidas, ausências de conhecimento e ignorância deliberada” (TRONTO, 2008, p. 189, tradução da autora), porém uma articulação das necessidades reais poderia ajudar a melhor esclarecer uma necessidade de intervenção.

A segunda fase do cuidado de “tomar conta de” refere-se a assumir responsabilidades, que não necessariamente são obrigações, mas um conjunto de capacidades e conexões. Segundo a autora, estar em um relacionamento (conexão) cria um tipo de responsabilidade mais profunda, tanto quanto a capacidade de se fazer algo pode possibilitar a existência de uma responsabilidade, sendo assim, “à medida que o custo da responsabilidade se torna menor, então o grau de responsabilidade cresce” (TRONTO, 2008, p. 191, tradução da autora). E este aparenta ser um aspecto problemático no que diz respeito à responsabilidade humanitária, pois é muito difícil conseguir que os Estados-nação assumam o risco de tal responsabilidade ao compreender que tudo está interconectado.

A terceira fase do cuidado como “prover” está relacionada à competência e aos esforços empreendidos nas intervenções militares, principalmente, quanto ao uso da força. Para a ética feminista do cuidado estes esforços devem ser compreendidos como um tipo de prática que é orientada à um propósito – manutenção da paz– e que considera as necessidades dos outros e seu contexto dentro de uma perspectiva relacional do cuidado, contrapondo um modelo de

racionalidade técnica, que não necessariamente gera um contexto de confiança e de comunicação aberta e inclusiva, que é o objetivo. Sendo assim, os Estados que intervêm devem possuir um alto padrão de competência, a fim de contemplar os objetivos humanitários propostos.

A última fase do cuidado como “receber cuidados” ou também denominada como responsividade, diz respeito ao sucesso da intervenção e sua capacidade de resposta para saber se os abusos, de fato, terminaram. De acordo com a autora, poucas intervenções humanitárias foram bem-sucedidas seguindo este parâmetro, pois “as questões sobre responsabilidade e competência não foram capazes de superar os interesses dos Estados na condução de intervenções humanitárias, como se eles estivessem perseguindo seus próprios interesses” (TRONTO, 2008, p. 194, tradução da autora).

Sendo assim, esta última fase relaciona-se diretamente com o fato de o cuidado sempre envolver relações de poder, quando as relações ocorrem entre atores de poder desigual. A partir disso, a autora atenta para o fato de que, se os receptores de cuidado estiverem em situação muito vulnerável, os cuidadores podem atuar de maneira paternalista ou até mesmo contra os interesses daqueles que precisam e em nome de interesses próprios. É o que Fiona Robinson (2001) chama de tradução de discursos assistencialistas em discursos paternalistas, “no qual os poderosos cuidam dos outros inferiores, que não têm a capacidade de agir como agentes autônomos” (ROBINSON, 2011, p. 120, tradução da autora).

Este problema seria resolvido se as intervenções fossem conduzidas sob o ponto de vista das necessidades das pessoas, caracterizando-se, de fato, como intervenções humanitárias, democráticas e populares. Neste sentido, o ponto de vista da ética feminista do cuidado poderia contribuir para que estas situações fossem compreendidas como relações históricas e contemporâneas de interdependência, rompendo e desafiando a concepção de dominação e dependência. De modo geral, como expresso por Robinson (2001), uma ética feminista do cuidado configura-se como uma importante ferramenta de orientação para políticas de intervenção humanitária, manutenção e construção da paz, ao construir e reconstruir relações de responsabilidade e cuidado como base para uma paz duradoura.

Mediante esta discussão sobre as premissas da ética feminista do cuidado e seus desafios e contribuições em relação a uma ética militar no contexto das missões de paz, a próxima seção terá como objetivo apresentar brevemente os fundamentos das missões de paz da ONU e o seu desenvolvimento ao longo do tempo por meio de uma perspectiva gendrificada, visto que a correlação entre mulheres e paz constitui um aspecto central das missões de paz.

## 2. Gendrificando as missões de paz da ONU

De maneira breve, a fim de elucidar melhor no que consistem as missões de paz, Kenkel (2013) separa as missões de paz por gerações, visto as suas mudanças ao longo do tempo frente às crescentes complexidades dos conflitos no sistema internacional. A primeira geração, compreendida como um modelo “tradicional”, constitui-se como um legado da antiga Liga das Nações e tinha por objetivo conter conflitos armados mediante operações de cessar fogo ou proposições de tréguas. Suas estratégias de ação incluíam atividades de monitoramento de fronteiras e verificação de zonas desmilitarizadas, a fim de gerar a existência de um ambiente político pacífico que permitisse o processo de mediação ou negociação.

Os mandatos destas primeiras missões se baseavam no Capítulo VI da Carta da ONU (ONU, 1945), que prevê a busca pela resolução pacífica de controvérsias, levando em consideração “o consentimento da nação receptora; imparcialidade (igualdade de tratamento sem discriminação) entre as facções em conflito e o não uso da força das tropas das Nações Unidas” (KENKEL, 2013, p. 126, tradução da autora). A usual crítica a este modelo de resolução de controvérsias era de que, em alguns casos, apesar do congelamento de conflitos, não havia uma resolução completa e duradoura para a situação.

Com o fim da Guerra Fria e a “prevalência de conflitos internos em vez de conflitos interestatais, e a desterritorialização do conflito e um foco na identidade” (KENKEL, 2013, p. 127, tradução da autora), a segunda geração das missões de paz é marcada por um novo modelo de atuação mais complexo e multidimensional, que não apenas “congelasse” os conflitos, mas que auxiliasse a transição para a paz, deste modo, foram implementadas atividades civis que contribuíssem com a transição política do conflito, como organizações de eleições, promoção de Direitos Humanos, ajuda humanitária, assistência a refugiados e capacitação governamental. Neste período, também foi criada a *Agenda para paz (A/47/277)* no ano de 1992, que designou atividades até hoje presentes nas missões de paz modernas. Estas atividades compreendem as missões de paz como um desdobramento da presença da ONU no terreno, estabelecendo-se como uma técnica de prevenção, controle e resolução de conflitos armados para a construção da paz e que conta com um contingente militar e/ou policial das Nações Unidas, bem como civis.

Até a segunda geração, “o sucesso dessas missões dependeria da boa vontade das partes em conflito” (KENKEL, 2013, p. 129, tradução da autora), isto porque, como descrito por Yilmaz (2005), o princípio geral que regia as missões de paz até então era o do não uso da força, exceto pra situações de autodefesa, tanto que até 1988 mais da metade do contingente era formado por observadores militares desarmados. Porém, como descrito pelo autor, o não uso da força também

tornou, muitas vezes, as missões de paz ineficazes, o que permitiu à terceira geração das missões de paz um maior uso da força militar, ficando conhecida como *Peace Enforcement*.

O *Peace Enforcement* se baseia no Capítulo VII da Carta da ONU que, em princípio, não pretende o emprego das forças armadas, mas ações de sanção, como a interrupção completa ou parcial das relações econômicas e dos meios de comunicação diversos. Todavia, caso estas sanções não sejam efetivas, prevê-se o uso de forças aéreas, navais ou terrestres, sem a necessidade de consentimento das partes envolvidas. Este modelo é bastante semelhante ao que surge na quarta geração das missões de paz, também chamado de *Peacebuilding*, que tem como base a Teoria da Paz Democrática, de Michael Doyle, segundo a qual democracias liberais nunca ou quase nunca entram em guerra entre si, e que “combina elevada permissão para usar a força com tarefas civis aprimoradas que são mais intrusivas em termos de seu efeito na autonomia local do que na segunda geração” (KENKEL, 2013, p. 132, tradução da autora).

Após estas mudanças ocorridas na operacionalização das missões de paz, mais precisamente por atuações mais coercitivas e impositivas de construção da paz, surge dentre as/os teóricas/os das Relações Internacionais esforços para incorporar avanços na conceituação de paz e segurança, como o conceito de Segurança Humana (HANSEN & BUZAN, 2009), paz positiva (GALTUNG, 1969) e o debate feminista (ENLOE, 1989; TICKNER, 1992), que busca pautar “seus trabalhos sobre a problemática da segurança a partir da crítica ao estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais” (COSTA et al., 2009, p. 222). Todos estes novos conceitos e entendimentos sobre as questões de segurança internacional têm como objetivo sugerir às missões de paz uma postura menos reativa, que atenuo o conflito, e mais proativa, que procure influenciar o seu resultado (KENKEL, 2013, p. 125).

A primeira correlação internacional estabelecida entre mulheres e paz data desde a primeira conferência sobre mulheres realizada pela ONU no ano de 1975, intitulada “Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz”, durante a qual se advogava pela não discriminação e pela busca por avanços sociais. Porém, somente na IV Conferência Mundial sobre mulheres, sediada em Pequim no ano de 1995, “que se admitiu explicitamente a importância da inclusão feminina nos processos de construção da paz” (MATHIAS, 2010, p. 39). Na declaração decorrente deste encontro, definiu-se que “A paz local, nacional, regional e global é alcançável e está necessariamente relacionada com os avanços das mulheres, que constituem uma força fundamental para a liderança, a solução de conflitos e a promoção de uma paz duradoura em todos os níveis” (UN, 1995, p. 3, tradução da autora).

Em 1999, a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia (UN, 2000) também estabeleceram parâmetros para que o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas incorporasse medidas que visassem à promoção da igualdade de gênero. Como descrito por Francesco Bertolazzi (2010) em seu texto para o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher da ONU, o plano evidenciou a importância da participação das mulheres em todas as etapas do processo de construção da paz, desde as negociações até a retirada das tropas de missão de paz internacionais, e forneceu recomendações à ONU e seus Estados-parte para que contribuíssem nesse processo, a partir da disponibilização de capacitações que englobassem a perspectiva de gênero a todos que fazem parte das missões de paz e um maior recrutamento de mulheres em cargos de alto nível.

Esta postura foi reforçada pela aprovação da resolução 1325 (UN, 2000b, p. 1) pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano 2000, em que se reafirma a importância das mulheres na resolução de conflitos e construção da paz, bem como a importância de uma participação mais igualitária das mulheres nas atividades de pacificação em todos os estágios de conflitos e o aumento do seu papel nas tomadas de decisão. Porém, oito anos após a resolução 1325, em um relatório da ONU, o Secretário-Geral Ban Ki-moon concluiu que apesar dos esforços em se respeitar a igualdade de direitos das mulheres e seu papel nos processos de paz, elas continuavam a responder

[...] pela maioria das baixas nas hostilidades, muitas vezes em flagrante violação dos direitos humanos e humanitários [para além disso] em conflitos armados e situações pós-conflito, são as mulheres que suportam o impacto de economias e estruturas sociais destruídas (UN, 2008, p. 2, tradução da autora).

A consultora das Nações Unidas sobre o tema “mulheres e conflitos”, Sanam Naraghi Anderlini (2007, p. 54), também faz uma crítica sobre o desenrolar desta resolução no cenário internacional ao afirmar que apesar das diretrizes propostas, ainda há uma ausência de mulheres como mediadoras ou como representantes da ONU, bem como existe também falta de interesse por parte das organizações internacionais em promover a participação das mulheres em processos de mediação, o que impactaria a vida das mulheres em zonas de conflito, sejam elas ativistas ou não.

Como exposto abaixo, na figura 1, organizada por Sahana Dharmapuri (2013), desde a primeira missão de paz da ONU autorizada em 1948 – A *UN Truce Supervision Organization* (UNTSO), que tinha o objetivo de monitorar o cessar-fogo árabe-israelense –, somente em 1992 uma mulher esteve na liderança sênior de uma missão. Margareth Joan Antsee do Reino Unido foi a primeira representante especial do secretário-geral na missão de verificação da

ONU em Angola (UNAVEM II), tendo composto o quadro de trinta e uma mulheres que haviam ocupado trinta e sete posições de liderança em missões da ONU até o ano de 2013.

Contudo, no ano de 2019, foi anunciado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que pela primeira vez na história da ONU, uma missão de paz seria liderada por as mulheres (UNITED NATIONS FOUNDATION, 2019). A missão de manutenção da paz da ONU em Chipre (UNFICYP) está sendo liderada por Elizabeth Spehar, a Representante Especial do Secretário-Geral, pela Major General Cheryl Pearce, Comandante da Força, e por Ann-Kristen Kvilekval, conselheira sênior da polícia, que juntas comandam mais de 1.000 militares, policiais e civis em campo.

**FIGURA 1 - Mulheres chefes de vice-chefes de missões de paz entre 1948-2013**

Name (Nationality)	Position	UN Mission	Dates
Kaarina IMMONEN (Finland)	DSRSG/RC/HC*	BINUCA/Central African Republic	2013–present
Jacqueline BADCOCK (United Kingdom)	DSRSG/RC/HC	UNAMI/Iraq	2012–present
Karin LANDGREN (Sweden)	SRSG	UNMIL/Liberia	2012–present
Hilde JOHNSON (Norway)	SRSG	UNMISS/South Sudan	2011–present
A. Mindaoudou SOULEYMANE (Niger)	SRSG ad interim & DSRSG	UNAMID/AU-UN Hybrid Operation in Darfur	2011–present
Margaret VOGT (Nigeria)	SRSG	BINUCA/Central African Republic	2011–present
Rosine SORI-COULIBALY (Burkina Faso)	DSRSG	BNUB/Burundi	2011–present
Lisa BUTTENHEIM (USA)	SRSG	UNFICYP/Cyprus	2010–present
Lise GRANDE (USA)	DSRSG	UNMISS/South Sudan	2011–2012
Karin LANDGREN (Sweden)	SRSG	BNUB/Burundi	2011–2012
Ameerah HAQ (Bangladesh)	SRSG	UNMIT/Timor Leste	2010–2012
Christine McNAB (Sweden)	DSRSG/RC/HC	UNAMI/Iraq	2009–2012
Sahle-Work ZWEDE (Ethiopia)	SRSG	BONUCA/BINUCA/ Central African Republic	2009–2011
Karin LANDGREN (Sweden)	RSG**	UNMIN/Nepal	2009–2011
Kim BOLDUC (Canada)	DSRSG/RC/HC	MINUSTAH/Haiti	2009–2010
Karin LANDGREN (Sweden)	RSG	UNMIN/Nepal	2009–2011
Leila ZERROUGI (Algeria)	DSRSG	MONUC-MONUSCO/ Democratic Republic of the Congo	2008–2012
Ellen Margrethe LØJ (Denmark)	SRSG	UNMIL/Liberia	2008–2012
Rima SALAH (Jordan)	DSRSG	MINURCAT/Chad and CAR	2008–2010
Karin LANDGREN (Sweden)	DSRSG	UNMIN/Nepal	2008–2009
Aracelly SANTANA (Ecuador)	DSRSG	UNMIN/Nepal	2008–2008
Henrietta Joy Abena Nyarko MENSA-BONSU (Ghana)	DSRSG	UNMIL/Liberia	2007–2011
Marta RUEDAS (Spain)	DSC****/RC/HC	UNSCOL/Lebanon	2007–2010
Bintou KEITA (Guinea)	DERSG***	ONUB/Burundi	2007–2010
Ameerah HAQ (Bangladesh)	DSRSG	UNMIS/Sudan	2007–2010
Ameerah HAQ (Bangladesh)	DSRSG	UNAMA/Afghanistan	2004–2007
Carolyn McASKIE (Canada)	SRSG	ONUB/Burundi	2004–2006
Sissel EKAAS (Norway)	DSRSG	UNMEE/Ethiopia & Eritrea	2004–2005
Angela KANE (Germany)	DSRSG	UNMEE/Ethiopia & Eritrea	2003–2004
Margareta WAHLSTROM (Sweden)	DSRSG	UNAMA/Afghanistan	2003–2004
Heidi TAGLIAVINI (Switzerland)	SRSG	UNOMIG/Georgia	2002–2006
Lena SUNDH (Sweden)	DSRSG	MONUC/ Democratic Republic of the Congo	2002–2004
Roza OTUNBAYEVA (Kyrgyzstan)	DSRSG	UNOMIG/Georgia	2002–2004
Ann HERCUS (New Zealand)	SRSG	UNFICYP/Cyprus	1998–1999
Elizabeth REHN (Finland)	SRSG	UNMIBH/Bosnia and Herzegovina	1998–1999
Angela KING (Jamaica)	SRSG	UNOMSA/South Africa	1992–1994
Margaret Joan ANSTEE (United Kingdom)	SRSG	UNAVEM II/Angola	1992–1993

#### Legendas

DSRSG: Vice-Representante Especial

RC: Coordenador Residente

HC: Coordenador Humanitário

RSG: Representante do Secretário-Geral

DERSG: Vice-Representante Executivo do Secretário-Geral

DSC: Vice-Coordenador Especial.

Fonte: (DHARMAPURI, 2013, p. 4)

Para Olivera Simic (2010), o crescimento quantitativo de mulheres nas missões de paz, muitas vezes serve como um desestímulo para dificultar os atos de má conduta de soldados, ao passo que

sua presença diminuiria a agressividade e a hipermasculinidade nesses espaços, gerando maior igualdade e a promoção de uma agenda mais ampla de gênero. Outra autora que enxerga com olhos positivos a entrada das mulheres nas missões de paz é Joan Tronto (2008), que admira o objetivo determinado pela ONU de que, até 2015, as missões de paz fossem formadas 50% por homens e 50% por mulheres, porém ela se preocupa com os meios utilizados para o alcance desta equidade de gênero, que podem culminar em um essencialismo de gênero. Em vista disso, surge o questionamento: “Quando as autoridades da ONU falam do valor das forças 50-50, presumem que a adição de mulheres mudará a natureza das próprias forças?” (TRONTO, 2008, p. 187, tradução da autora).

Partilhando desta mesma preocupação, Susan Willett (2010) considera que a incorporação de mulheres nas missões de paz pode contribuir para um essencialismo de gênero, à medida que, frequentemente, as mulheres continuam sendo vistas como vítimas e os homens “como protetores e formuladores de políticas. Enquanto isso, os papéis ativos das mulheres na resolução de conflitos e na promoção da paz continuam a ser idealizados e subvalorizados” (WILLETT, 2010, p. 143, tradução da autora). Para a autora, o que se espera da igualdade de gênero é que esta seja interpretada menos de uma maneira essencialista e mais de uma maneira compreensiva e complexa, abrangendo todas as diversidades existentes e não reforçando crenças limitantes.

Para além disso, Puechguirbal (2012) atenta para o fato de que o essencialismo como força política contribui para a sustentação de dominações, podendo ser usado como justificativa para manter as mulheres afastadas das negociações de paz, sob a égide de que estas não participaram dos combates. Este fato alinhado à falta de vontade política e compromisso por parte das Nações Unidas, por conta de atitudes masculinizadas que resistem à mudança (redefinição de tarefas e responsabilidades) e ao compartilhamento do poder, também dificulta a nomeação de mulheres para cargos de tomada de decisão relativos às missões de paz.

O discurso das Nações Unidas sobre as mulheres, segundo Santos (2012), é neutro e reforça estereótipos de feminilidade ao associar as mulheres a aspectos como passividade, vitimização e construção da paz em contraposição ao modelo de masculinidade, visto como racional, violento e independente. De acordo com a autora, estes pressupostos “norteiam os entendimentos e as estratégias de inclusão das perspectivas de gênero no contexto das missões de manutenção de paz” (SANTOS, 2012, p. 136), sendo o resultado disso, a negligência das variáveis existentes entre/dentro as masculinidades e feminilidades, reforçando os binarismos deterministas de gênero.

Outro ponto de vista sobre esta questão, apresentado por Robinson (2011), seria de que o crescente aumento do reconhecimento das “tendências das mulheres em priorizar questões de



educação, saúde e cuidado infantil” (ROBINSON, 2001 p. 108, tradução da autora), não seria necessariamente uma essencialização das mulheres aos papéis “feminizados”, já que esses comportamentos resultam do seu processo de socialização. Sendo assim, estas características seriam bem-vindas para balancear a socialização dos homens e seus papéis “masculinizados”, visto que suas preocupações são centrais para a construção de uma paz significativa.

Dentro dessa perspectiva, Fiona Robinson (2011), acredita que a ênfase dada às mulheres dentro de uma perspectiva de cuidado para a construção da paz

[...] não procura destacar as mulheres como adequadas para estas atividades ou essencializar as qualidades de cuidados como “femininas”. A associação do cuidado com as mulheres e o feminino é construída através do discurso cultural e relações sociais materiais. É na interrogação crítica da constituição discursiva e material do cuidado que reside o potencial transformador da ética do cuidado (ROBINSON, 2011, p. 120, tradução da autora).

Um aspecto relevante trazido por Tronto (2008) quanto à presença mista de homens e mulheres nas missões de paz é de que embora haja um padrão geral essencialista que relaciona as mulheres às questões de paz e de vítimas e homens às questões de guerra e violência, que deve ser levado em consideração na formulação de políticas, a autora admite que possa haver exceções, visto que a masculinidade e a feminilidade são noções mutantes e não atreladas ao biológico, e que estas particularidades existentes devem ser usadas também “para ajudar a transformar as relações de gênero e alcançar outros objetivos também” (TRONTO, 2008, p. 188, tradução da autora).

Por meio desta breve compreensão sobre missões de paz da ONU e sua evolução ao longo dos anos mediante as mudanças ocorridas na natureza dos conflitos no cenário internacional, principalmente no período pós-Guerra Fria, bem como o entendimento de algumas de suas críticas por meio de uma ótica feminista sobre as questões de segurança internacional, é possível observar como o processo de essencialismo pode ser compreendido como um arquétipo de controle, por meio da criação de estereótipos. No caso da ONU, há a naturalização e a reprodução dos estereótipos a partir das suas práticas de missões de paz. Esta diferenciação presente na ONU entre homens e mulheres que parte do essencialismo e cria estereótipos parece gerar uma “institucionalização” dos papéis sociais que dificulta cada vez mais a inserção das mulheres em esferas de tomada de decisão ou quaisquer que desejem, o que é bastante problemático visto a sua importância no processo de construção e legitimação de direitos a nível internacional, devido à sua capacidade de inserir a questão de gênero na agenda política internacional.

A partir disso, a próxima sessão terá como objetivo apresentar uma breve reflexão ainda bastante incipiente sobre como a inserção de uma ética feminista do cuidado possa ter ocorrido, senão pelas mulheres, a partir de uma correlação direta destas com valores que figuram caros à

construção da paz, principalmente, com relação a civis, utilizando-se das entrevistas de duas mulheres brasileiras que participaram de missões de paz, a Capitã de Corveta Marcia Andrade Braga e a Tenente-Coronel Andréa Firmo, e assim, por meio de categorias analíticas da ética feminista do cuidado, identificar como os estereótipos de gênero relacionam-se na prática com as missões de paz.

### **3. As mulheres nas missões de paz e seus axiomas**

Como vimos na seção anterior, a relação estabelecida entre mulheres e paz data desde a primeira conferência internacional sobre mulheres, realizada pela ONU em 1975, durante a qual se compreende que “as mulheres, ao que parece, podem ser valiosas para as operações de manutenção da paz porque elas são diferentes” (DEGROOT, 2001, p. 34, tradução da autora). A partir dessa concepção internacionalmente legitimada, diversas diretrizes e orientações foram formuladas pela ONU a fim de aumentar a participação de mulheres nas missões e promover maior igualdade de gênero.

Entretanto, de acordo com Gerard DeGroot (2001), esta mudança da ONU referente ao aumento de mulheres em missões de paz diz respeito aos mesmos estereótipos que antes excluíam as mulheres de diversos papéis relacionados ao conflito, mas que hoje se apresentam como o motivo para a sua inclusão. Como expresso pelo autor, as contradições existentes entre as missões de paz e os soldados convencionais nas forças armadas são profundas, isto porque as características presentes em soldados convencionais não são compatíveis com o escopo das missões de paz, que prezam pela não uso da violência.

A formação/treinamento tradicional de soldados nas forças armadas historicamente evidencia características masculinas estereotipadas, como força e agressividade, em contraposição a características femininas também estereotipadas, como sensibilidade e compaixão. Deste modo, comumente afirma-se que as mulheres não fazem bons soldados por serem emocional e fisicamente fracas, “acredita-se ainda que as mulheres são geneticamente programadas para um papel de cuidado e, portanto, não podem convocar os impulsos agressivos necessários para um efetivo combate” (DEGROOT, 2001, p. 23, tradução da autora).

Do ponto de vista de Kathleen Jennings (2011), estes estereótipos do tipo ideal de mulher em missões de paz como aquela que possui compaixão, empatia, assexualidade, disciplina, que é conectora e que busca o consenso, não é de todo negativo, pois de acordo com o chamado *affirmative gender essentialisms*, “no contexto do argumento da eficácia-operacional, eles [os estereótipos] são empregados para afirmar uma mensagem positiva sobre as capacidades e desenvoltura das

mulheres” (JENNINGS, 2011, p. 8, tradução da autora). Em um artigo escrito para o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (UN-INSTRAW) que conta com entrevistas realizadas com o contingente feminino das missões de paz de MONUC (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo), UNOCI (Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim), MINURSO (Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental), UNFICYP (Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre) e UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo) sendo elas militares, policiais e civis, Bertolazzi (2010) aponta que para a maioria das entrevistadas, a presença de mulheres nas missões de paz contribui, de fato, para a existência de diferentes perspectivas e atitudes no trabalho de campo, sendo que o processo de integração de mulheres dentro de uma instituição tradicionalmente masculina seria mais bem-sucedido se as mulheres não tentassem competir com os homens em termos de força física e resistência, mas buscassem complementar essas habilidades.

Como expresso por Dharmapuri (2013), estudos apontam que a presença de mulheres em missões de paz pode aumentar a aceitação das comunidades locais em receber as tropas da ONU. A constatação é de que as policiais pacificadoras mulheres eram percebidas pela população como menos ameaçadoras, mais dispostas a ouvir e mais propensas a promover a conciliação das partes em conflito. Outro aspecto bastante relevante é a verificação de que as mulheres se sentem mais propensas a relatar situações de abuso sexual para oficiais do sexo feminino, sendo assim, o maior acesso à população proporcionado por oficiais mulheres amplia a capacidade de coleta de informações importantes sobre a população que podem, eventualmente, auxiliar na eficácia da missão. Esta constatação é reafirmada pelo relatório elaborado pela UNIFEM (2010), no qual compreende-se que mulheres soldadas e paramilitares são detentoras de vantagens operacionais comparativas em situações sensíveis, como a realização de entrevistas com vítimas de violência sexual e de gênero, buscas domiciliares e corporais, trabalho em prisões femininas e escolta de vítimas e testemunhas.

Em entrevista concedida para a ONU News (2019), Marcia Andrade Braga, capitã de corveta na Missão da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA) e ganhadora do prêmio de “Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU” em 2019, relata que sua participação como mulher na operação de paz em que foi incumbida “foi essencial para a facilitação das denúncias de casos de violências e abusos sexuais contra mulheres e meninas, tendo em vista que a participação de mulheres nas forças de paz aumenta a abertura para o diálogo” (ONU NEWS, 2019). Sobre a pergunta de qual foi a parte mais difícil do seu trabalho na missão, a entrevistada conta que foi lidar

com as violações, visto que o que mais lhe agradava era a interação com as mulheres locais, segundo ela, estes eram os momentos em que se colocava no lugar destas mulheres.

Do ponto de vista de Marcia, as mulheres possuem uma capacidade de comunicação mais humanizada e menos agressiva com as populações locais, o que propicia a obtenção de informações importantes para a prevenção destas violações. Ela termina sua entrevista ressaltando que “O que eu posso falar da minha experiência é que as militares femininas têm muito comprometimento e trabalham duro e estão muito engajadas com a comunidade e realmente se sensibilizam com o problema” (ONU NEWS, 2019).

Quem também compartilha desta visão é a Tenente-Coronel Andréa Firmo, primeira mulher a desempenhar a função de observadora militar da história do Exército Brasileiro e participante da missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO). Em entrevista ao Instituto Igarapé (2018) sobre as motivações para participar de uma missão de paz, ela relata que gostaria de fazer a diferença, pois “Nós, mulheres, temos um olhar sensível, de modo que espero ser uma ponte, um instrumento para fazer reverberar a voz de mulheres e crianças que precisam de ajuda em áreas de conflitos” (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018). Já em estágio mais avançado da missão, em outra entrevista, ela cita que

[...] a minha presença como mulher militar e como comandante de uma base militar trouxe maior aproximação entre a missão e a comunidade local, que é muçulmana (principalmente mulheres e crianças). O contato diferenciado pela presença de uma líder militar mulher parece ter aprimorado a confiança na missão, na medida em que as falas locais puderam ser ouvidas de outra forma [...] algumas demandas nunca haviam sido relatadas a nenhum comandante (INSTITUTO IGARAPÉ, 2019).

Acerca dos seus desafios na missão, a Tenente-Coronel Andréa Firmo pontua que um dos seus desafios foi o de liderar uma equipe formada por 18 observadores militares de diferentes nacionalidades e a necessidade de se manter o equilíbrio emocional e o espírito de corpo entre os participantes. Outro desafio, desta vez, em suas palavras, como mulher em uma missão de paz, foi o de “aprimorar a empatia para que pudesse realmente ouvir e interpretar a demanda tão peculiar do povo da região, principalmente das mulheres, e poder agir na [sua] esfera de autonomia para a resolução dos mais variados problemas” (INSTITUTO IGARAPÉ, 2019).

Estas percepções apresentadas se relacionam com o que Held (2008) entende por cuidado, que seria a compreensão do “valor e a necessidade do trabalho afetivo e os valores da empatia, sensibilidade, confiança e resposta à necessidade” (HELD, 2008, p. 1, tradução da autora). Estes aspectos constituiriam as práticas necessárias para a construção de confiança e elaboração de respostas efetivas às necessidades reais. A Capitã de Corveta Márcia Braga, ao relatar que se

colocava no lugar destas mulheres vítimas de abuso aciona um dos mecanismos do cuidado que é de “deixar-se afetar por”, como descrito por Ângelo Soares (2012). O cuidado do outro envolve diferentes dimensões e atividades conforme quem é o objeto de cuidado, sendo que muitas vezes quem cuida e quem é cuidado não se conhecem previamente, como é o caso das missões de paz.

Nestas duas entrevistas, é possível perceber de forma mais clara uma das dimensões do cuidado descritas por Soares (2012), que é a dimensão relacional. Esta dimensão relaciona-se com a capacidade de evitar o embaraço nas interações, como a diplomacia e a escuta como modo de preservar a comunicação. O autor ainda menciona “a paciência, a capacidade de manter o controle emocional, de não perder a calma, ao longo do tempo [...] tolerar erros, fatos indesejados, incômodos, assim como a obstinação do outro” (SOARES, 2012, p. 47), como qualificações sociais importantes para a interação. Esta dimensão é reforçada ao final da entrevista quando Marcia relata que

[...] gostaria de adicionar para sempre ouvir as mulheres. As líderes locais. Porque as pessoas irão se surpreender. Primeiro, porque elas são muito mais comprometidas com o processo de paz. Segundo, porque são informações extremamente preciosas para proteção de civis (ONU NEWS, 2019).

Como retratado por Tronto (1997) e presente na fala da Tenente-Coronel Andréa Firmo, o processo de reconhecimento das necessidades alheias não ocorre de maneira simples por meio da generalização e deduções pautadas na própria experiência. Para se compreender os sentidos do outro, é necessário que a pessoa que cuida preste muita atenção ao outro. De maneira mais concreta, quando se pensa o cuidado nas missões de paz “é preciso pensar no contexto da ajuda, nas necessidades dos receptores da ajuda, na sua reação à ajuda e no seu papel na formação do processo de assistência/cuidado” (TRONTO, 2008, p. 194, tradução da autora).

Outra questão importante do cuidado é a construção e a relação de confiança estabelecidas entre quem cuida e quem é cuidado. Nas duas entrevistas apresentadas neste artigo, é possível perceber o quão significativo é a construção da confiança para a melhoria da eficácia da missão, principalmente, no que concerne à obtenção de informações das mulheres locais sobre abusos. A dimensão emocional do cuidado, que engloba a confiança, segundo Soares (2012), refere-se à gestão e compreensão das suas emoções, bem como das emoções do outro, ao passo que “quando estabelecida diminui a carga de trabalho emocional por exigir menos gestão das emoções” (SOARES, 2012, p. 55).

Mas mesmo diante deste protagonismo desempenhado pelas mulheres nas missões de paz, “é fácil para os oficiais de comando presumir que as mulheres estão lá para desempenhar um papel subsidiário” (UNIFEM, 2010, p. 43, tradução da autora). Como apresentado por Bertolazzi (2010),

mesmo sendo oficialmente chamadas de “*Peacekeepers*”, mantenedoras da paz, e estando incluídas nas estatísticas das missões, em equipes mistas as mulheres podem ser relegadas à funções de suporte de demais funcionários, como tarefas na cozinha, limpeza e secretariado, permanecendo “completamente marginalizadas das atividades de manutenção da paz mais visíveis e principais” (BERTOLAZZI, 2010, p. 17, tradução da autora).

Estes comportamentos de desvalorização de militares do sexo feminino em muito contribui para a criação de barreiras que dificultam a demonstração de suas competências profissionais. Prova disso é o fato de que ao ser escolhida para trabalhar em uma missão de paz, a mulher “frequentemente é designada para papéis mais seguros, menos visíveis ou menos ‘sérios’ em vez de posições de tomada de decisão ou de linha de frente” (BERTOLAZZI, 2010, p. 14, tradução da autora). Todavia, quando presentes em cargos e liderança (e também postos regulares), frequentemente, as mulheres são rotuladas como “mandonas”, indo ao encontro do que é apresentado por Ângelo Soares (2012) de que “A agressividade, em um homem, denota liderança; uma mulher agressiva, a seu termo, não é vista da mesma maneira” (SOARES, 2012, p. 52). Sendo assim, as emoções expressadas pelas mulheres podem ser compreendidas como inferiores ou superiores, em determinadas circunstâncias, porém dificilmente são entendidas de modo similar às mesmas emoções apresentadas pelos homens.

Uma das justificativas apresentadas para este comportamento “mandão” das mulheres seria o fato de elas terem precisado fazer muitos sacrifícios pessoais para alcançar seus objetivos profissionais ou outro fator seria que

Talvez esse comportamento também seja influenciado pelo fato de que a estrutura organizacional dos militares sempre foi vista como um ambiente dominado pelos homens, com ênfase na importância de atributos masculinos estereotipados de dureza, disciplina, lealdade e prontidão de combate (BERTOLAZZI, 2010, p. 14).

Ainda neste mesmo artigo, Bertolazzi (2010) descreve sobre as razões pelas quais as mulheres se sentem motivadas a participar das missões de paz. A maioria das entrevistadas citou sua carreira como sendo o principal fator de escolha, com o adendo dos benefícios econômicos. A oportunidade de poder conhecer colegas de outros países e compartilhar suas experiências também foi apontada como um dos fatores de incentivo para as mulheres se juntarem às tropas de missões de paz da ONU, obstante esta decisão de trabalhar em outro país também apresentasse desafios.

Para muitas destas mulheres, estes desafios diziam respeito ao fato de as missões serem estações de serviço não-familiares, ou seja, onde não é permitido viajar com membros da família. Como consequência, muitas mulheres sentem-se isoladas durante o período da missão, para além dos abalos que podem impactar nos relacionamentos familiares e pessoais. Sendo assim, “a maioria

das mulheres em missões de paz é solteira, divorciada ou não tem filhos” (BERTOLAZZI, 2010, p. 14). Isto porque as missões de paz não proporcionam um ambiente seguro para se manter uma vida familiar, como descrito neste relato de uma funcionária civil tunisiana

Solicitei uma missão de manutenção da paz da ONU pensando que a ONU é melhor do que qualquer missão diplomática em relação ao status de seus funcionários e principalmente mulheres com crianças menores de idade e famílias. Honestamente, eu aprendi sobre a verdadeira definição de missão não-familiar somente quando entrei no campo. Quando li a respeito no meu primeiro contrato, entendi que a ONU não fornece apoio financeiro aos membros da família. Essa foi a maneira como é chamada, missões não familiares (BERTOLAZZI, 2010, p. 13, tradução da autora).

Na entrevista concedida ao Instituto Igarapé (2018), a Tenente-Coronel Andréa Firmo descreve que outro dos seus desafios foi a distância da família. Mas que contou com o apoio dos filhos, que se mostraram solidários ao fato de a mãe poder contribuir para a melhora da realidade de outras famílias. No período de retorno da missão, suas expectativas pessoais eram voltadas aos filhos, maridos e pais, “principalmente os filhos, que acompanharam tudo virtualmente, dando ‘aquela força’, e que agora precisam ser recompensados com a presença física da mãe” (INSTITUTO IGARAPÉ, 2019).

Outro motivo comum à entrada de mulheres nas missões de paz era o desígnio altruísta e orientado de trazer a paz a sociedades em situação de conflito, discurso também presente na fala da última entrevistada citada. Segundo a Tenente-Coronel Andréa Firmo, a sua “maior motivação [foi] a possibilidade de fazer a diferença no terreno, sobretudo com relação a grupos vulneráveis que efetivamente precisam de ajuda” (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018).

Acerca das razões pelas quais as mulheres são selecionadas por seus exércitos nacionais para participarem em missões de paz, algumas das entrevistadas de Bertolazzi (2010) ressaltam suas habilidades específicas, como saber a língua nativa do país, ter um histórico consolidado de experiência militar em seu país de origem e possuir um bom desempenho a nível governamental ou diplomático. No Brasil, Marcia Braga relatou para a ONU News (2019) que seus critérios e avaliação para compor a vaga de conselheira de gênero comandante da força da MINUSCA foram saber falar inglês (sendo desejável o francês) e ter conhecimentos sobre a temática de gênero. No caso dela, estes dois aspectos favoreceram a sua entrada.

### **Considerações finais**

Como apresentado no presente artigo, foi possível perceber que a ética feminista do cuidado e a ética militar tradicional apresentam múltiplas tensões, visto que as constituições práticas e teóricas

de ambas são bastante distintas. O fato de a instituição militar e sua ética serem tradicionalmente masculinas e imbuídas de valores pautados no essencialismo, que considera as características binárias entre os sexos como sendo naturais e imutáveis, contribuiu para que as mulheres permanecessem à margem destes espaços por muito tempo.

Porém, ao longo do tempo, percebe-se que estas mesmas características que antes impossibilitavam as mulheres de participarem de posições de combate são as mesmas que as possibilitaram participar mais recentemente das chamadas missões de paz criadas pela ONU e que correlacionam a construção duradoura da paz com as mulheres, visto as suas características, como pacifismo e sensibilidade, em contraposição aos valores masculinos de racionalidade e agressividade. Como expresso na terceira seção deste artigo, que conta com a entrevista de mulheres brasileiras que participaram de missões de paz, estas qualidades femininas vinculadas à presença de mulheres em campo contribuem para um melhor relacionamento com civis, principalmente, com mulheres locais que se sentem mais à vontade para denunciar abusos.

Se partirmos do pressuposto que as missões de paz são uma prática de cuidado, também é preciso entender que as questões de gênero estão sempre implícitas, visto que a discussão de gênero feminino e cuidado estão historicamente interligadas. Entretanto, no processo de implementação da construção da paz das missões, o gênero não deve ser a única variável considerada para o desenvolvimento de suas atividades. Como exposto por Tronto (2008), as crises humanitárias, geralmente, são desencadeadas por dimensões diversas que incluem raça, religião, etnia, nacionalismo e classe. Deste modo, os membros das missões de paz, dentre outras posturas esperadas, devem respeitar os costumes locais e evitar comportamentos que ofendam a população, isto porque o modo como as missões de paz são conduzidas tem um efeito no seu resultado.

A ética feminista do cuidado voltada para as questões de conflito e intervenção humanitária propõe uma abordagem que minimize a necessidade do uso da força e reforce os esforços para a criação de mecanismos de prevenção. Entretanto, este posicionamento só se torna possível a partir do entendimento coletivo de que o cuidado deve ser exercido de maneira a desenvolver a democracia e a partir de uma postura dos Estados mais desenvolvidos em assumirem uma responsabilidade de proteger as populações mais vulneráveis e promover resoluções pacíficas de conflitos. O aspecto relacional da responsabilidade nos permitiria, por exemplo, perceber que nossas ações não estão isoladas do todo e compreender que, na verdade, há uma interdependência quase sempre assimétrica.

Pensando em discussões para trabalhos futuros, Virgínia Held (2008) acredita que as interações deveriam começar nos âmbitos primários de contato, como nas redes não-



governamentais da sociedade civil e suas formas de bem-estar cooperativas, não a partir das instituições legais e políticas. Deste modo, o cuidado poderia ser ampliado gradualmente com o objetivo de estender o seu alcance. Verifica-se que as missões de paz da ONU gradativamente têm adotado uma abordagem mais multidimensional que inclui o recrutamento de pessoas com habilidades que vão além de uma capacidade militar. Não obstante os desafios e obstáculos à incorporação de mulheres e de uma perspectiva de gênero nas missões de paz são um indicador significativo do grau de mudança que vem ocorrendo. Para além disso, uma constatação importante ao longo da análise deste artigo, é de que, como expresso por Porter (2007), a maior contribuição para a construção da paz é realizada por ativistas das paz de maneira informal, não remunerada e colaborativa, contudo elas permanecem marginalizadas ou excluídas dos processos formais de tomada de decisão, como nas negociações e formulação de políticas públicas.

## Referências

(A/47/277) (1992). **An Agenda for Peace – A/47/277**, publicado em [Peaceoperationsreview.org](https://peaceoperationsreview.org) [[https://peaceoperationsreview.org/wpcontent/uploads/2015/08/an\\_agenda\\_for\\_peace\\_1992.pdf](https://peaceoperationsreview.org/wpcontent/uploads/2015/08/an_agenda_for_peace_1992.pdf)]. Disponibilidade: 24/07/ 2019.

ANDERLINI, Sanam Naraghi., Ed. (2007) **Women Building Peace: What They Do, Why It Matters**. Boulder, Colorado (EUA): Lynne Rienner Publishers,

BENHABIB, Seyla. (1995) O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A Controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista. *In* BENHABIB, Sheyla & CORNELL, Drucilla. (eds.). **Feminismo como crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

BERTOLAZZI, Francesco. (2010) Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions. *In* **UN-INSTRAW Working Paper Series**. Santo Domingo: United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. (2009) De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança. *In* MATHIAS, Suzeley K. (ed.). **Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas**. São Paulo: Editora Unesp, 205-228.

COSTA, Maria de Fátima Machado da. (2005) **Michael Walzer: a teoria da guerra justa e o terrorismo**. Dissertação de mestrado em Filosofia, apresentada ao Instituto de Letras e Ciências Humanas do Departamento de Filosofia e Cultura da Universidade do Minho (Orientador: Prof. Dr. João Cardoso Rosas).

DEGROOT, Gerard. (2001) A Few Good Women: Gender Stereotypes, the Military and Peacekeeping. **Journal of International Peacekeeping**, 8 (1): 23-38.

DHARMAPURI, Sahana. (2013) **Not Just a Numbers Game: Increasing Women's Participation in UN Peacekeeping**, publicado em Ipinst.org [[https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi\\_epub\\_not\\_just\\_a\\_numbers\\_game.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_epub_not_just_a_numbers_game.pdf)]. Disponibilidade: 09/08/2019.

ENLOE, Cynthia., Ed. (1989) **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press.

GALTUNG, J., Ed. (1969) **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization**. Oslo: Sage.

GILLIGAN, Carol., Ed. (1982) **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

HASEN, L.; BUZAN, B., Ed. (2009) **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press.

HELD, Virginia. (2008) Military Intervention and the Ethics of Care. **The Southern Journal of Philosophy**, 46 (1): 1-20.

HELD, Virginia. (2010) Can the Ethics of Care Handle Violence?. **Journal of Ethics and Social Welfare**, 4 (2): 115-129.

HINMAN, Lawrence., Ed. (2003) **Ethics: A Pluralistic Approach to Moral Theory**. Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.

INSTITUTO IGARAPÉ. (2018) **Conheça a primeira mulher do Exército a ser observadora militar da ONU**, publicado em Igarape.org.br [<https://igarape.org.br/conheca-a-primeira-mulher-do-exercito-a-ser-observadora-militar-da-onu/>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

\_\_\_\_\_. (2019) **Entrevista exclusiva com a Tenente-Coronel Andréa Firmo**, publicado em Igarape.org.br [<https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-tenente-coronel-andrea-firmo/>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

JENNINGS, K.M. (2011) **Women's participation in UN peacekeeping operations: agents of change or stranded symbols?**, publicado em Ethz.ch [<https://www.files.ethz.ch/isn/137505/Women%E2%80%99s%20participation%20in%20UN%20peacekeeping.pdf>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

KENKEL, Kai Michael. (2013) Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1): 122-143.

MATHIAS, Suzeley Kalil., Ed. (2010) **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patrícia. (2015) Descompartimentar a noção de cuidado?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 18 (1): 43-57.

ONU. (1945) **Carta da Organização das Nações Unidas**, promulgada, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 19.841, de 22 de setembro de 1945, publicada em [<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

ONU NEWS. (2019) **Militar brasileira premiada na ONU conta sua trajetória**, publicado em News.un.org [<https://news.un.org/pt/interview/2019/03/1666351>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

PORTER, Elisabeth., Ed. (2007) **Peacebuilding: Women in International Perspective**. London, UK: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2008) Why Women's Contribution to Peacebuilding Matters. **International Studies Review**, 10 (1): 632–634.

PUECHGUIRBAL, Nadine. (2010) Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: A Textual Analysis of UN Documents. **Journal of International Peacekeeping**, 17(2): 172-187.

PUREZA. José Manuel. (2004) O regresso da paz negativa. **Revista de História das Ideias**, 25 (1): 157-168.

ROBINSON, Fiona., Ed. (2011) **The Ethics of Care: A Feminist Approach to Human Security**, Philadelphia: Temple University Press.

SANTOS, Rita. (2012) Gênero (masculinidades e feminilidades) e operações de manutenção de paz *in* NASSER, R. M. (eds.). **O Silêncio das Missões de Paz**. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 1.

SCOTT, Joan W. (1991) A mulher trabalhadora. *In* DUBY, Georges & PERROT, Michelle. (ed.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. São Paulo: Ebradil.

SECURITY COUNCIL REPORT (2000). **Resolução S/2000/693**, publicada em [<https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/wps-s-2000-693.php>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

SIMIC, Olivera. (2010) Does the presence of women really matter? Towards combating male sexual violence in peacekeeping operations. **Journal of International Peacekeeping**, 17 (2): 188-199.

SOARES, Ângelo. (2012) As emoções do *care*. *In* HIRATA, Helena Sumiko & GUIMARÃES, Nadya Araújo. (ed.). **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas.

STIEHM, Judith Hicks. (2001) Women, peacekeeping and peacemaking: Gender balance and mainstreaming. **Journal of International Peacekeeping**, 8 (1): 39-48.

TADJBAKSH, Shahrbanou., Ed. (1965) **Human security: concepts and implications**. London & New York: Routledge.

TICKNER, J. Ann., Ed. (1992) **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press.

TRONTO, J. C.; FISHER, B. (1990) Toward a Feminist Theory of Caring. In ABEL, E. & NELSON, M. (ed.). **Circles of Care**. Albany, NY: SUNY Press.

TRONTO, Joan C. (1997) Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In BORDO, Susan R. & JAGGAR, Alison M. (eds.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos.

\_\_\_\_\_. (2008) Is Peacekeeping Care Work?: A Feminist Reflection on the right to Protect. In WHISNANT, Rebecca & DESAUTELS, Peggy. (ed.). **Global Feminist Ethics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

UN. (1995) **Beijing Declaration and Platform for Action**, publicado em Un.org [<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>]. Disponibilidade: 26/07/ 2019.

UN. (2000a) **Resolution S/2000/693**, publicada em Security Council Report [<https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/wps-s-2000-693.php>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

UN. (2000b) **Resolution 1325**, publicada em Security Council Report [[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1325%282000%29](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325%282000%29)]. Disponibilidade: 09/08/2019.

UN. (2008) **Women, Peace and Security: S/2008/622**, publicado em Un.org [<https://www.un.org/securitycouncil/content/secretary-generals-reports-submitted-security-council-2008>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

UNIFEM. (2010) **Addressing Conflict-Related Sexual Violence**, publicado em Peacewomen.org [<https://www.peacewomen.org/node/89621>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

UNITED NATIONS FOUNDATION. (2019) **Milestone in UN Peacekeeping: Women Take The Lead In Cyprus**, publicado em News.un.org [<https://unfoundation.org/blog/post/milestone-un-peacekeeping-women-take-lead-cyprus/>]. Disponibilidade: 09/08/2019.

WALZER, M., Ed. (1977) **Just and unjust wars: A moral argument with historical illustrations**. New York: Basic Books.

WILLETT, S. (2010) Introduction: Security Council Resolution 1325: Assessing the Impact on Women, Peace and Security. **Journal of International Peacekeeping**, 17 (1): 142-158.

WINGROVE-HAUGLAND, Erik. (2016) **The Ethics of Care and the Ethics of War**, publicado em Internationalsocietyformilitaryethics.org [[https://www.internationalsocietyformilitaryethics.org/uploads/5/3/8/9/53896955/wingrove-haugland\\_\\_ethicsofcare\\_ethicsowar.pdf](https://www.internationalsocietyformilitaryethics.org/uploads/5/3/8/9/53896955/wingrove-haugland__ethicsofcare_ethicsowar.pdf)]. Disponibilidade: 26/07/2019.

YILMAZ, Muzaffer. (2005) UN Peacekeeping in the Post-Cold War Era. **International Journal on World Peace**, 22 (1): 13-28.